

# COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

## PROJETO DE LEI Nº 3.896, DE 2021

Institui o Dia da Conscientização da Neuromielite Óptica, a ser celebrado no dia 27 de março.

**Autor:** SENADO FEDERAL - ROMÁRIO

**Relatora:** Deputada LAURA CARNEIRO

### I - RELATÓRIO

O projeto de lei em epígrafe, de autoria do nobre Senador Romário, institui o Dia da Conscientização da Neuromielite Óptica, a ser celebrado anualmente em 27 de março.

A matéria foi distribuída à então Comissão de Seguridade Social e Família e a esta Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

A então Comissão de Seguridade Social e Família aprovou a proposição em 29 de junho de 2022, nos termos do voto do Relator, Dep. Luiz Lima.

Chega, por fim, o projeto, a esta Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, sob o regime prioritário de tramitação e sujeito à apreciação conclusiva das comissões.

É o relatório.

### II - VOTO DA RELATORA



Conforme determina o Regimento Interno da Câmara dos Deputados (art. 32, IV, a), cumpre que esta Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania se pronuncie acerca da constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa do Projeto de Lei nº 3.896, de 2021.

A proposição trata de matéria cuja competência legislativa é concorrente da União (CF, art. 24, XII), cabendo ao Congresso Nacional sobre ela dispor, com a posterior sanção do Presidente da República (CF, art. 48). A iniciativa parlamentar é legítima, uma vez que não se trata de assunto cuja iniciativa esteja reservada a outro Poder (CF, art. 61).

Verificada a obediência aos requisitos constitucionais formais, constata-se que o projeto respeita igualmente os demais dispositivos constitucionais de cunho material.

Quanto à juridicidade, nenhum óbice há à aprovação da matéria, que se encontra adequadamente inserida no ordenamento jurídico brasileiro.

No que se refere à técnica legislativa, não há vícios a apontar na proposição, que atendem aos dispositivos da Lei Complementar n. 95, de 26 de fevereiro de 1998, alterada pela Lei Complementar n. 107, de 26 de abril de 2001.

Nesse sentido, nosso voto é pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do Projeto de Lei nº 3.896, de 2021.

Sala da Comissão, em 04 de maio de 2023.



**Deputada Federal LAURA CARNEIRO**  
**Relatora**

2023-4903

